DIÁRIO OFICIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

Ano 2026 | 32 páginas **Alagoinhas / BA – Terça-feira, 09 de junho de 2026**

Edital

- Aviso de Dispensa de Licitação nº 10/2026

Processo Administrativo nº 22/2026

- Ato de Homologação e Adjudicação
- Extrato

Documento assinado digitalmente por: DataGov Soluções em Tecnologia Ltda CNPJ 10.982.913/0001-04

Câmara Municipal de Alagoinhas
Rua Philadelfo Neves
48040-170 – Alagoinhas / BA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
(Processo Administrativo n.° 26/2026)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, por intermédio de seu Agente de Contratação, designados pelo Portaria nº 001/2026 de 02 de janeiro de 2026, em cumprimento ao disposto no § 3º, do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público aos interessados do ramo pertinente, o processo de Dispensa de Licitação, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal Nº 5.887/2022, 14 de dezembro de 2023, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta:

Endereço Eletrônico para Recepção de Proposta e Documentos: licitacoescamaraalagoinhas@hotmail.com
Endereço para Protocolo Físico: Sala de Licitações, Sede da Câmara Municipal, situado na Rua Coronel Phyladelfo Neves, s/n, Juracy Magalhães, Estado Bahia, CEP 48.040-170, Alagoinhas/Ba.
Dia e Horário Limite para Recepção de Propostas: 12/06/2026, às **10h00min**
Horário Estimado para Divulgação do Resultado: 15/06/2026, às **10h00min**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para **Prestação de serviços de locação de toldos galvanizados, cadeiras e mesas plásticas, caixa térmica, refletores em LED, refletores de alta potência, equipamentos moving light com operador e mesa de controle, além de backdrop, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Alagoinhas**, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUAN
1	Toldo, tipo quiosque com estrutura em aço galvanizado, desmontável, em lona antifungo, antichamas, anti-uv, na cor branca, com estrutura de sustentação metálica altura. Dimensões: 5x5M, altura: 2,30 M.	diária	70
2	Mesa plástica – mesa fabricada em polipropileno; formato quadrada; cor: branca; empilhável; com dimensões mínimas: altura 70 cm, largura 68 cm, comprimento 68 cm; certificada pelo Inmetro.	diária	2200
3	Cadeira plástica sem braços – cadeira fabricada em polipropileno; sem braços; cor branca; empilhável; resistente a carga estática mínima de 150kg; com dimensões mínimas: altura 89 cm, largura 43 cm, comprimento 51 cm; certificada pelo Inmetro.	diária	200
4	Caixa térmica com capacidade nominal de 360 litros, fabricada em polietileno virgem pelo processo de rotomoldagem, monobloco (sem emendas),	diária	12

	isolamento térmico em poliuretano (PU) injetado, alta resistência, tampa sobreposta, dreno para escoamento e resistência a raios UV.		
5	Refletor Canhão de Luz LED PAR SLIM, com 36 LEDs de alta intensidade, sistema RGBW (Red, Green, Blue, White), controle DMX512, efeito Strobo e painel digital, indicado para iluminação cênica, palcos, eventos e decoração	diária	25
6	Refletor led Holofote 400w, bivolt, alta potência	diária	5
7	Moving head beam 200 230w 7r profissional ranger beam 7r ou similar com cabeamento e instalação	diária	20
8	Operador e mesa para Moving head beam	diária	5
9	Backdrop: Estrutura metálica para fixação de banner institucional, com dimensões finais de 4m x 3m	diária	16

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

1.3. Os interessados deverão enviar proposta de preços e documentos de habilitação para a Câmara Municipal, situado na Rua Coronel Phyladelfo Neves, s/n, Juracy Magalhães, Estado Bahia, CEP 48.040-170, Alagoinhas/Ba ou remessa de mensagem eletrônica ao e-mail licitacoescamaraalagoinhas@hotmail.com , no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação do aviso.

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

I-ÓRGÃO/UNIDADE – 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

II-PROJETO ATIVIDADE –2003– MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

III-NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

IV- FONTE DE RECURSO: 15000000– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3 – DO VALOR ESTIMADO:

3.1 - O valor mensal estimado para o contrato é de **R$ 64.963,43 (Sessenta e quatro mil novecentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos.)**

4 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente DISPENSA DE LICITAÇÃO ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de divulgação no site do Diário Oficial do Poder Legislativo Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

Os respectivos documentos deverão ser enviados preferencialmente para e-mail licitacoescamaraalagoinhas@hotmail.com ou entregue na Câmara Municipal de Alagoinhas Sala das Licitações Sede da Câmara Municipal, situado na Rua Coronel Phyladelfo Neves, s/n, Juracy Magalhães, Estado Bahia, CEP 48.040-170, Alagoinhas/Ba, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas, no prazo de 03 (três) dias úteis, fazendo referência a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026**.

4.1.1 Limite para envio da proposta de preços e dos documentos de habilitação: até 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no aviso de dispensa. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o e-mail licitacoescamaraalagoinhas@hotmail.com até o dia 12/06/2026, às 10h00min.

4.1.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e **concomitantemente com a documentação exigida para a habilitação**, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
III o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;
IV - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor);
V-Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
VI-Declara, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, estando ciente da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

4.1.2.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

4.1.2.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.1.2.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

4.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA:

4.2.1 Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
4.2.2 Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG);
4.2.3 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
4.2.4 Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
4.2.5 Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
4.2.6 Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
4.2.7 Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
4.2.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.3.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s), fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.3.1.1Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.

4.3.1.1.1 Os atestados deverão referir-se a fornecimento de bens prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.3.2 O Agente de contratação, visando a certificação da fidedignidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado, poderá realizar diligências, solicitando Cópias de Contratos e Notas Fiscais, referente ao fornecimento declarado no Atestado.

4.4 PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.4.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
4.4.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela desclassificação.
4.4.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao limite do valor estipulado pela administração.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

5.1 Encerrado o período de recebimento das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
5.2 Toda comunicação se dará por meio de publicação em diário oficial, devendo o fornecedor acompanhar até o final do procedimento licitatório, sob pena de desclassiciação caso não responda dentro do prazo estipulado.
5.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, a mesma será desclassificada.
5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.4.1. Contiver vícios insanáveis;
5.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
5.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
5.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
5.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
5.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
5.7. Erros no preenchimento da proposta constituem motivo para a sua desclassificação, salvo se tratrar de erro meramente formal, onde a proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado.
5.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
5.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 – DA CONTRATAÇÃO:

6.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei. 6.5.
6.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7-SANÇÃO:

7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
7.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
7.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
7.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
7.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
7.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
7.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
7.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
7.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no termo de referência.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
7.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
7.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
7.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei ns 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o

procedimento previsto na Lei n® 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8 – DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento ocorrerá até o dia 30 (trinta) de cada mês, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1. Poderá a Câmara Municipal de Alagoinhas -BA, revogar o presente Edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
9.2. A Câmara Municipal de Alagoinhas -BA, deverá anular o presente Edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
9.3. A anulação do procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
9.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal.

Alagoinhas/BA, 09 de junho de 2026.

_____

Denise Gonçalves Romão
Diretor Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
(Processo Administrativo n.º26/2026)

1**. OBJETO DA LICITAÇÃO:**

1.1. Constitui objeto desta DISPENSA DE LICITAÇÃO, a **Prestação de serviços de locação de toldos galvanizados, cadeiras e mesas plásticas, caixa térmica, refletores em LED, refletores de alta potência, equipamentos moving light com operador e mesa de controle, além de backdrop, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Alagoinhas**, conforme especificações constantes neste Edital e Anexos.

1.1.1. Os serviços deverão atender as especificações adiante discriminadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUAN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Toldo, tipo quiosque com estrutura em aço galvanizado, desmontável, em lona antifungo, antichamas, anti-uv, na cor branca, com estrutura de sustentação metálica altura. Dimensões: 5x5M, altura: 2,30 M.	diária	70	R$ 345,00	R$ 24.150,00
2	Mesa plástica – mesa fabricada em polipropileno; formato quadrada; cor: branca; empilhável; com dimensões mínimas: altura 70 cm, largura 68 cm, comprimento 68 cm; certificada pelo Inmetro.	diária	2200	R$ 8,00	R$ 17.600,00
3	Cadeira plástica sem braços – cadeira fabricada em polipropileno; sem braços; cor branca; empilhável; resistente a carga estática mínima de 150kg; com dimensões mínimas: altura 89 cm, largura 43 cm, comprimento 51 cm; certificada pelo Inmetro.	diária	200	R$ 11,00	R$ 2.200,00
4	Caixa térmica com capacidade nominal de 360 litros, fabricada em polietileno virgem pelo processo de rotomoldagem, monobloco (sem emendas), isolamento térmico em poliuretano (PU) injetado, alta resistência, tampa sobreposta, dreno para escoamento e resistência a raios UV.	diária	12	R$ 25,33	R$ 303,96
5	Refletor Canhão de Luz LED PAR SLIM, com 36 LEDs de alta intensidade, sistema RGBW (Red, Green, Blue, White), controle DMX512, efeito Strobo e painel digital, indicado para iluminação cênica, palcos, eventos e decoração	diária	25	R$ 37,00	R$ 925,00
6	Refletor led Holofote 400w, bivolt, alta potência	diária	5	R$ 22,40	R$ 112,00
7	Moving head beam 200 230w 7r profissional ranger beam 7r ou similar com cabeamento e instalação	diária	20	R$ 267,37	R$ 5.347,40
8	Operador e mesa para Moving head beam	diária	5	R$ 891,67	R$ 4.458,35
9	Backdrop: Estrutura metálica para fixação de banner institucional, com dimensões finais de 4m x 3m	diária	16	R$ 616,67	R$ 9.866,72
VALOR TOTAL					**R$ 64.963,43**
VALOR TOTAL POR EXTENSO: Sessenta e quatro mil novecentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos.					

2.2O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

2.3 O custo estimado total da contratação é de R$ 64.963,43 (Sessenta e quatro mil novecentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2.4 A estimativa de preços foi precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA:

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de locação de toldos galvanizados, mesas e cadeiras plásticas, caixas térmicas, refletores em LED, refletores de alta potência, equipamentos moving light com operador e mesa de controle, bem como backdrop institucional, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Alagoinhas.

A contratação mostra-se necessária para viabilizar a realização de sessões solenes, audiências públicas, seminários, cursos de capacitação, eventos institucionais, ações de integração com a comunidade, atividades comemorativas, solenidades oficiais e demais eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Legislativo Municipal, garantindo infraestrutura adequada, conforto, segurança, acessibilidade e qualidade na execução das atividades de interesse público.

A Câmara Municipal não dispõe, em seu patrimônio, de quantidade suficiente dos equipamentos e estruturas necessárias para atender à demanda eventual e variável decorrente da realização desses eventos, tampouco se revela economicamente vantajosa a aquisição permanente dos bens, considerando a utilização esporádica, os custos de armazenamento, transporte, manutenção, conservação e substituição dos equipamentos.

A opção pela locação constitui medida mais eficiente e econômica para a Administração, permitindo a disponibilização dos itens somente quando houver necessidade, assegurando flexibilidade operacional e racionalização dos gastos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A infraestrutura de toldos proporcionará proteção contra intempéries, permitindo a realização de eventos em áreas externas. As mesas e cadeiras assegurarão acomodação adequada ao público e autoridades participantes. As caixas térmicas atenderão às necessidades de conservação de bebidas e alimentos durante os eventos. Os refletores LED, holofotes e equipamentos moving head garantirão iluminação técnica compatível com eventos noturnos e transmissões audiovisuais. O backdrop institucional será utilizado para identificação visual, divulgação institucional e composição de espaços destinados a entrevistas, registros fotográficos e solenidades oficiais.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, contribuindo para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais da Câmara Municipal de Alagoinhas e para o atendimento do interesse público, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS LICITADOS:

Os serviços objeto da presente contratação consistem na locação eventual, sob demanda, de estruturas, mobiliários e equipamentos destinados ao suporte e à realização de eventos institucionais promovidos pela Câmara Municipal de Alagoinhas, observadas as especificações mínimas abaixo descritas:

1. Toldo Tipo Quiosque

Locação de toldo tipo quiosque, com estrutura metálica em aço galvanizado, desmontável, cobertura em lona branca com tratamento antifungo, antichamas e proteção contra raios UV, medindo 5m x 5m, com altura mínima de 2,30m, incluindo transporte, montagem, manutenção durante o evento e desmontagem.

2. Mesa Plástica

Locação de mesa quadrada fabricada em polipropileno de alta resistência, na cor branca, empalhável, certificada pelo INMETRO, com dimensões mínimas de 68cm x 68cm e altura mínima de 70cm, em perfeito estado de conservação e uso.

3. Cadeira Plástica Sem Braços

Locação de cadeira fabricada em polipropileno, sem braços, na cor branca, empilhável, certificada pelo INMETRO, com capacidade mínima de suporte de 150 kg, apresentando perfeitas condições de higiene, conservação e segurança.

4. Caixa Térmica

Locação de caixa térmica com capacidade nominal mínima de 360 litros, confeccionada em polietileno virgem pelo processo de rotomoldagem, estrutura monobloco sem emendas, isolamento térmico em poliuretano injetado, tampa sobreposta, dreno para escoamento de líquidos e proteção contra raios UV.

5. Refletor LED PAR SLIM

Locação de refletor tipo Canhão de Luz LED PAR SLIM, equipado com, no mínimo, 36 LEDs de alta intensidade, sistema de cores RGBW, protocolo DMX512, efeito strobo e painel digital para configuração, destinado à iluminação cênica, decorativa e institucional.

6. Refletor LED Holofote 400W

Locação de refletor LED tipo holofote, potência mínima de 400W, alimentação bivolt automática, adequado para iluminação externa ou interna de grandes áreas, garantindo alto desempenho luminoso e eficiência energética.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

7. Moving Head Beam

Locação de equipamento Moving Head Beam profissional, potência mínima de 230W, modelo 7R ou equivalente superior, incluindo cabeamento, acessórios necessários à operação, instalação, configuração e testes de funcionamento.

8. Operador e Mesa de Controle

Disponibilização de profissional qualificado para operação dos equipamentos de iluminação cênica, acompanhado de mesa de controle compatível com os equipamentos locados, responsabilizando-se pela programação, operação e acompanhamento durante todo o período do evento.

9. Backdrop Institucional

Locação de estrutura metálica destinada à fixação de banner institucional, medindo aproximadamente 4m de largura por 3m de altura, incluindo montagem, nivelamento, estabilização e desmontagem após a realização do evento.

Condições Gerais de Execução

A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga, montagem, instalação, testes operacionais, manutenção corretiva durante a realização dos eventos e desmontagem de todos os equipamentos e estruturas locadas.

Todos os materiais e equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conservação, limpeza e funcionamento, atendendo às normas técnicas, de segurança e de qualidade aplicáveis.

A substituição de qualquer item defeituoso, danificado ou que apresente falhas de funcionamento deverá ocorrer imediatamente após a solicitação da fiscalização contratual, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Os serviços serão executados de forma parcelada, mediante solicitação prévia da Câmara Municipal de Alagoinhas, observando-se os quantitativos, locais, datas e horários definidos pela Administração.

4. DA PROPOSTA:

4.1. Na apresentação da proposta comercial deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para a perfeita execução do objeto.

4.2 Os preços ofertados nas propostas apresentadas não poderão ser superiores aos fixados pela Câmara Municipal.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s), fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.

5.1.1.1 Os atestados deverão referir-se a fornecimento de bens prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.2 O Agente de contratação, visando a certificação da fidedignidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado, poderá realizar diligências, solicitando Cópias de Contratos e Notas Fiscais, referente ao fornecimento declarado no Atestado.

6. DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento ocorrerá até o dia 30 (trinta) de cada mês, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. Multa:

- moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

7.3 O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
7.4 compensatória de 10 % sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
7.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
7.6 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
7.7 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
7.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
7.9 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
7.10 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
7.11 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;

7.12 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.14 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.16 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

I-ÓRGÃO/UNIDADE – 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
II-PROJETO ATIVIDADE –2003– MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS
III-NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
IV- FONTE DE RECURSO: 15000000– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

9.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

9.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

10. VALOR ESTIMADO

10.1 O valor estimado da contratação foi obtido mediante pesquisa de mercado realizada junto a empresas atuantes no ramo do objeto pretendido, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 64.963,43 (sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos).

O valor acima representa o montante máximo estimado para a contratação durante a vigência contratual, servindo como referência para a realização do procedimento licitatório, não constituindo obrigação de execução integral dos quantitativos previstos, os quais serão demandados de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Alagoinhas.

11.REVISÃO E REAJUSTAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

11.1 O valor do contrato poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, tomando-se por base o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

11.2 A revisão de preços, nos termos do art. 124, II, d- Lei Federal 14.133/2021, por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, deve ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ou os fatos que ensejaram a alteração de preço.

12. DO CONTROLE E EXECUÇÃO

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração já identificado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, fundamenta no art. 120 da Lei 14.133/21.

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13 DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

13.1 A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços executados passarão pela avaliação por parte da fiscalização do contrato, por meio de instrumentos de controle.

14 MEDIDAS ACAUTELADORAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

14.1. Consoante o Artigo 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15 DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Fica vedada a subcontratação do objeto.

16 OBRIGAÇÃO DAS PARTES

16.1 Obrigações das Partes serão previstas na Minuta Contratual que acompanhar o Edital que este Termo integrar.

17 DA CONCLUSÃO

17.1 Por fim, solicitamos a referida contratação, na forma da lei, nos exatos termos do artigo 75, incisos II da Lei 14.133/2021.

17.2 A despesa deverá atender às exigências e rotinas previstas nas diversas normas e legislações que regem a Administração Pública, em especial as seguintes disposições contidas na:

a) Lei Federal 14.133/2021;
b) Resoluções do TCM/BA.

Atenciosamente,

_____

Denise Gonçalves Romão
Diretor Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
(Processo Administrativo n. 26/2026)
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		**UF:**
CEP:	**FONE/FAX:**	**CONTATO:**
INSC. ESTADUAL:	**CNPJ:**	
VALIDADE DA PROPOSTA:	**REPRESENTANTE LEGAL:**	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO: Prestação de serviços de locação de toldos galvanizados, cadeiras e mesas plásticas, caixa térmica, refletores em LED, refletores de alta potência, equipamentos moving light com operador e mesa de controle, além de backdrop, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Alagoinhas.		

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUAN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Toldo, tipo quiosque com estrutura em aço galvanizado, desmontável, em lona antifungo, antichamas, anti-uv, na cor branca, com estrutura de sustentação metálica altura. Dimensões: 5x5M, altura: 2,30 M.	diária	70		
2	Mesa plástica – mesa fabricada em polipropileno; formato quadrada; cor: branca; empilhável; com dimensões mínimas: altura 70 cm, largura 68 cm, comprimento 68 cm; certificada pelo Inmetro.	diária	2200		
3	Cadeira plástica sem braços – cadeira fabricada em polipropileno; sem braços; cor branca; empilhável; resistente a carga estática mínima de 150kg; com dimensões mínimas: altura 89 cm, largura 43 cm, comprimento 51 cm; certificada pelo Inmetro.	diária	200		
4	Caixa térmica com capacidade nominal de 360 litros, fabricada em polietileno virgem pelo processo de rotomoldagem, monobloco (sem emendas), isolamento térmico em poliuretano (PU) injetado, alta resistência, tampa sobreposta, dreno para escoamento e resistência a raios UV.	diária	12		
5	Refletor Canhão de Luz LED PAR SLIM, com 36 LEDs de alta intensidade, sistema RGBW (Red, Green, Blue, White), controle DMX512, efeito Strobo e painel digital, indicado para iluminação cênica, palcos, eventos e decoração	diária	25		
6	Refletor led Holofote 400w, bivolt, alta potência	diária	5		
7	Moving head beam 200 230w 7r profissional ranger beam 7r ou similar com cabeamento e instalação	diária	20		
8	Operador e mesa para Moving head beam	diária	5		
9	Backdrop: Estrutura metálica para fixação de banner institucional, com dimensões finais de 4m x 3m	diária	16		

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

VALOR TOTAL DA PROPOSTA[1]:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021 e às cláusulas e condições constantes do Edital da Dispensa de Licitação nº 10/2026.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____,____/___/___ _____

LOCAL DATA ASS. E CARIMBO COM CNPJ E CPF
DO REPRESENTANTE

[1] Soma de todos os Itens para os quais participa a Proponente

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
(Processo Administrativo n.°26/2026)

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE AALAGOINHAS E A EMPRESA ** LEI Nº 14.133/21.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS**, com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) Presidente da Câmara Municipal ..... (nome), inscrito no CPF nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº. 10/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto deste contrato, a **Prestação de serviços de locação de toldos galvanizados, cadeiras e mesas plásticas, caixa térmica, refletores em LED, refletores de alta potência, equipamentos moving light com operador e mesa de controle, além de backdrop, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Alagoinhas**, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUAN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Toldo, tipo quiosque com estrutura em aço galvanizado, desmontável, em lona antifungo, antichamas, anti-uv, na cor branca, com estrutura de sustentação metálica altura. Dimensões: 5x5M, altura: 2,30 M.	diária	70		
2	Mesa plástica – mesa fabricada em polipropileno; formato quadrada; cor: branca; empilhável; com dimensões mínimas: altura 70 cm, largura 68 cm, comprimento 68 cm; certificada pelo Inmetro.	diária	2200		
3	Cadeira plástica sem braços – cadeira fabricada em polipropileno; sem braços; cor branca; empilhável; resistente a carga estática mínima de 150kg; com dimensões mínimas: altura 89 cm, largura 43 cm, comprimento 51 cm; certificada pelo Inmetro.	diária	200		
4	Caixa térmica com capacidade nominal de 360 litros, fabricada em polietileno virgem pelo processo de rotomoldagem, monobloco (sem emendas), isolamento térmico em poliuretano (PU) injetado, alta resistência, tampa sobreposta, dreno para escoamento e resistência a raios UV.	diária	12		



5	Refletor Canhão de Luz LED PAR SLIM, com 36 LEDs de alta intensidade, sistema RGBW (Red, Green, Blue, White), controle DMX512, efeito Strobo e painel digital, indicado para iluminação cênica, palcos, eventos e decoração	diária	25		
6	Refletor led Holofote 400w, bivolt, alta potência	diária	5		
7	Moving head beam 200 230w 7r profissional ranger beam 7r ou similar com cabeamento e instalação	diária	20		
8	Operador e mesa para Moving head beam	diária	5		
9	Backdrop: Estrutura metálica para fixação de banner institucional, com dimensões finais de 4m x 3m	diária	16		

§ ÚNICO. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O objeto do presente contrato será executado de acordo o disposto no art. 115 "*caput*" da Lei Federal n° 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO:

3.1. O valor total do presente contrato é de **R$ XXXX** (**XXXXXXXXXXXXXXXXX**), a ser pago até o dia 30 (trinta) do mês, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante depósito na conta corrente, em nome da **CONTRATADA**, por ela indicada. Sendo que 40% do valor total referem-se a custos com insumos e o restante com pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO
Os preços contratados são os indicados na proposta da **CONTRATADA**, nele estando incluídos todos os custos referentes a impostos, taxas, transportes, entrega e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente, relacionados com o objeto deste contrato, não cabendo qualquer correção ou reajuste do preço contratado, na vigência deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. O pagamento pela prestação dos serviços já referidos, se dará após a emissão da respectiva Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, e dos documentos de Regularidade Fiscal previstos em Lei.

4.2. Havendo erro na Nota Fiscal o pagamento será suspenso até que a contratada tome providencias necessárias à sua correção. Nesta hipótese, será considerada, para efeito de pagamento, a data da reapresentação da Nota Fiscal após a regularização da situação.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado á contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao

pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

4.4. Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades decorrentes deste contrato, em implicará em aprovação do fornecimento dos serviços, total ou parcialmente.

4.5. Ocorrendo atraso na execução deste contrato, por fato ou ato que diga respeito unicamente á **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais cominações de direito e previstas neste contrato, prevalecerão para efeito de pagamento pela **CONTRATANTE** os preços vigentes na data em que deveria ocorrer regularmente.

4.6. Sobre o pagamento previsto neste contrato não haverá retenções de créditos fiscais, haja vista ser o recolhimento dos mesmos de única e inteira responsabilidade da **CONTRATADA** em função de seu enquadramento fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente contrato vigerá até ___ **de** _____ **de 2026**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da Lei n° 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA:

6.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE:
PROJETO/ATIVIDADE:
ELEMENTO DE DESPESA:
FONTE:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS:

7.1. Fica dispensada a prestação de garantia contratual, prevista no art. 96, da Lei Federal n° 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

8.1. Constituem direitos e obrigações da CONTRATANTE:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, Termo de Referência e proposta apresentada;

II – Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidos neste Contrato;

III – Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual por meio de servidor ou comissão formalmente designada;

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

IV – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas;

V – Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

VI – Efetuar o pagamento devido nas condições e prazos previstos neste Contrato;

VII – Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

VIII – Fornecer as informações e orientações necessárias à adequada execução dos serviços;

IX – Disponibilizar acesso aos locais de realização dos eventos, observadas as condições de segurança e funcionamento da Câmara Municipal.

8.2. Constituem direitos e obrigações da CONTRATADA:

I – Executar os serviços em estrita observância às especificações constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada e deste Contrato;

II – Disponibilizar todos os equipamentos, materiais, ferramentas, veículos, mão de obra, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços;

III – Realizar o transporte, carga, descarga, montagem, instalação, testes operacionais, acompanhamento técnico, manutenção e desmontagem dos equipamentos locados;

IV – Garantir que todos os equipamentos e estruturas estejam em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conservação e higiene;

V – Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer equipamento, estrutura ou material que apresente defeito, avaria ou inadequação à finalidade pretendida;

VI – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual;

VII – Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;

VIII – Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou equipamentos utilizados na execução dos serviços;

IX – Cumprir as normas de segurança do trabalho, prevenção de acidentes, acessibilidade e demais normas técnicas aplicáveis ao objeto contratado;

X – Disponibilizar operador qualificado para os equipamentos de iluminação cênica, quando exigido, responsabilizando-se pela correta operação durante os eventos;

XI – Atender prontamente às solicitações da fiscalização contratual e às determinações da Administração relativas à execução dos serviços;

XII – Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;

XIII – Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, a execução do objeto contratual sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

8.3. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços, inclusive perante terceiros, permanecendo integralmente responsável pelos danos e prejuízos eventualmente causados em decorrência de sua atuação.

8.4. As partes obrigam-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

CLÁUSULA NONA – CONSTITUI DIREITOS DO CONTRATANTE:

9.1. Alterar o Contrato com as devidas justificativas, nos casos enumerados do artigo 124, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.
9.2. Em ocorrendo fatos ou atos que possam prejudicar o equilíbrio econômico financeiro do Contrato, as partes, de comum acordo, poderão negociar e firmar um Termo Aditivo ao presente Contrato para regular e disciplinar as consequências da situação então criada, de forma a evitar qualquer perda de natureza econômica, financeira ou outra qualquer.
9.3. Exigir o cumprimento fiel do contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Art. 115, da Lei 14.133, de 1° de abril de 2021.
9.4. Rejeitar no todo ou em parte o serviço executado em desacordo com o contrato. (Art. 140 da Lei 14.133, de 1° de abril de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – CONSTITUI DIREITOS DA CONTRATADA:

10.1. Direito a prorrogação do contrato. O prazo de vigência poderá ser prorrogados sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal. (Art. 107, "*caput*" da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021).
10.2. Direito a indenização no caso de nulidade do contrato, se este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regulamente comprovados, contando que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa. (Art. 149, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR:

11.1. As partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações sob este Contrato em decorrência de casos fortuitos ou eventos de força maior que impeçam,

temporária ou definitivamente o cumprimento de quaisquer dessas obrigações, conforme disposto no código Civil Brasileiro. A parte que pretender se valer da exoneração prevista nesta Cláusula deverá informar a outra, de imediato e por escrito, da ocorrência do caso fortuito ou evento de força maior, informando também o prazo estimado do referido evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

12.1. Inexecução total ou parcial de condições avençadas pode acarretar rescisão do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos artigos. 104 e 155 da Lei n° 14.133/21.
12.2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 138, inciso I da Lei Federal n° 14.133/21, a Contratante será assegurados os direitos previstos no art. 139, incisos I a IV, §§1° e 2°, da citada Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

13.1. Este contrato está vinculado ao Processo Administrativo n°**/2026 – Dispensa de Licitação n° **/2026, nos termos do Art. 75, Inciso II da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO
O contrato ora celebrado está submetido às regras dispostas no artigo 92, da Lei Federal n° 14.133/21, e os casos omissos serão regulamentados pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito público pela legislação especifica, especialmente as do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO:

14.1. É exigido para celebração e execução do contrato que a CONTRATADA mantenha obrigatoriamente todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas na licitação, nos termos do disposto nos artigos 67 e 68 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. A execução deste Contrato será acompanhada e coordenada pela Sr(a). _____ nos termos da Portaria nº XX/2026.

15.2. Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021, o fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário á regularização de falhas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

16.1. O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial da Câmara Municipal conforme dispõe a Legislação pertinente.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de AlagoinhasBA, como único para dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato, desde logo renunciando qualquer outro, por mais especial que seja. E por acharem de comum e perfeito acordo, lavrou-se o presente contato na presença das testemunhas abaixo assinadas em duas vias de igual forma e teor.

Alagoinhas - BA, ___de _____ de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

Testemunhas:

1º _____
NOME:
CPF:

2º _____
NOME:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
(Processo Administrativo n° 26/2026)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

A empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ....., com sede na Rua....., nº ....., Bairro, Cidade de ....., Estado ....., CEP....., através de seu representante legal/Procurador ....., inscrito no CPF nº ....., sob as penas da lei,

DECLARA:

a. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
b. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. A *assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.*
c. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
d. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas junto a Câmara Municipal de Alagoimhas, assumindo como firmes e verdadeiras;
e. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
f. que, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, estando ciente da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
g. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Data e Local
Assinatura do Diretor ou Representante Legal
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

DIÁRIO OFICIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS / BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO e AUTORIZAÇAO PARA CONTRATAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o quanto exposto parecer jurídico favorável emitido pela Consultoria Jurídica da Câmara Municipal e deliberação favorável do Agente de Contratação pelo reconhecimento **da hipótese Art. 95. § 2º Lei 14.133/2021 - Dispensa de licitação em razão de valor**, para Contratação de empresa especializada para implantação e cessão de licença de uso de Plataforma Eletrônica de Gerenciamento do Processo Legislativo e Compilação de Leis da Câmara Municipal de Alagoinhas/BA, incluindo treinamento, suporte técnico e manutenção, visando à modernização administrativa, transparência pública, gestão eletrônica das proposições legislativas e consolidação do repositório digital da legislação municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011, junto a empresa **SEVENMAX MIDIA E TECNOLOGIA DIGITAL LTDA, CNPJ nº 05.603.227/0001-45,** sediada na Rua José Batista da Fonseca, nº 307, Centro, Cruz das Almas/Ba, CEP 44.380-000, cujo valor global da contratação será de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Registre-se, cumpra-se, publique-se, emita-se a Nota de Empenho e lavre-se o Contrato, caso não possa ser substituído por outro instrumento.

Publique-se na forma da lei

Alagoinhas /BA, 09 de junho de 2026.

_____

JOSÉ CLETO DOS SANTOS FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026
CONTRATADA: SEVENMAX MIDIA E TECNOLOGIA DIGITAL LTDA
CNPJ nº 05.603.227/0001-45
OBJETO: Contratação de empresa especializada para implantação e cessão de licença de uso de Plataforma Eletrônica de Gerenciamento do Processo Legislativo e Compilação de Leis da Câmara Municipal de Alagoinhas/BA, incluindo treinamento, suporte técnico e manutenção, visando à modernização administrativa, transparência pública, gestão eletrônica das proposições legislativas e consolidação do repositório digital da legislação municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011.
FUNDAMENTO LEGAL: **Art. 95. § 2º Lei 14.133/2021 - Dispensa de licitação em razão de valor.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
I-UNIDADE: 01- CAMARA MUNICICPAL
II -PROJETO/ATIVIDADE: 2003– MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS
III- ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
IV-FONTE: 15000000– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.
REGIME DE EXECUÇÃO :Empreitada por preço Global
VALOR TOTAL: R$ 8.000,00 (oito mil reais).
VIGÊNCIA: 30 (Trinta) dias
PELO CONTRATANTE: JOSÉ CLETO DOS SANTOS FILHO - Presidente da Câmara
PELO CONTRATADO: EVERALDO DE AQUINO DIAS